

1971

Discours du Cardinal Cerejeira dans l'Emissora Nacional — (10-V-1940)

António Brásio

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/angolavol5>

Recommended Citation

Brásio, A. (Ed.). (1971). Discours du Cardinal Cerejeira dans l'Emissora Nacional. In *Angola: 1904-1967*. Pittsburgh, PA: Duquesne University Press.

This 1940 is brought to you for free and open access by the Spiritana Monumenta Historica at Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Angola:1904-1967 by an authorized administrator of Duquesne Scholarship Collection.

DISCOURS DU CARDINAL CEREJEIRA
DANS L'EMISSORA NACIONAL

(10-V-1940)

SOMMAIRE — *Les faux concepts de Concordat.* — *Signification du Concordat.* — *L'Accord Missionnaire.*

As palavras que vou dizer não se dirigem apenas à consciência católica; dirigem-se a todas as consciências honestas de Portugal.

Não podia o ano áureo das Comemorações centenárias da Fundação e Restauração da Nacionalidade Portuguesa ter melhor pórtico de entrada que a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário.

Estes dois documentos históricos são dos que assinalam idades na história dum povo. Não se marcam por anos, mas por séculos.

Um reintegra Portugal nas fontes da sua vida espiritual; e outro consagra-lhe a sua vocação missionária. De ambos os modos, é a Nação que interiormente se restaura, renova e lança no Ultramar à conquista cristã e portuguesa das almas.

Falemos primeiro da Concordata.

I

Falsos conceitos da Concordata

1) — *A Concordata não restaura o antigo regime concordatário.* Ao ouvir pronunciar este nome, muitos para quem as palavras são como etiquetas de coisas imutáveis, pensarão

logo no sistema antigo de relações entre a Igreja e o Estado: — Igreja de Estado e prerogativas da Coroa, orçamento do culto e clero sentado à mesa do orçamento.

A nova Concordata desconcertará os que assim pensem, pelo hábito de verem o presente à luz exclusiva do passado.

Não se pode fazer parar o rio da história. Há formas que a evolução social vai transformando.

Sucede na sociedade como no mundo vivo. A certos climas correspondem certas floras: alterados aqueles, alteram-se estas.

A Concordata agora assinada não é uma obra retrógrada, com a pretensão de fazer parar o tempo, como se o passado não tivesse... passado.

É obra eminentemente actual, acomodada às circunstâncias novas da sociedade portuguesa.

E obra tão moderna, que abre uma idade nova nas relações da Igreja e do Estado em Portugal. Certas soluções por ela achadas podem considerar-se mesmo como soluções de alcance universal.

Consuma o que a evolução ou a revolução já começara. Pode dizer-se que, até certo ponto, a Concordata mata o que estava morto: o regalismo de cadeias doiradas e o jacobinismo sectário. O regalismo que asfixiava a Igreja num apertado abraço protector de tutela; o jacobinismo que a perseguia, afrontando a justiça e a consciência aos vivos há liberdade.

Liquida dois séculos ou mais do que se poderia chamar a política religiosa; mas salva deles o princípio que se fez viver, ou, como já foi dito, «toda a essência da nossa tradição espiritual», sem aliás chegar à confissão da verdade católica.

Do regime regalista, a Concordata conserva o que os Estados civilizados conservam e alguns protegem; — o reconhecimento da missão educadora da Igreja, a garantia dos seus direitos e liberdade, a concórdia dos dois poderes para o bem comum.

Da revolução de ideias que levou à separação da Igreja e do Estado, conserva o que nela poderia achar-se como aspiração legítima: a independência das respectivas esferas de influência, o respeito da liberdade da consciência de cada um, a igualdade de todos os portugueses perante a lei.

Para poder mudar, é preciso substituir. A Concordata abre um período novo, como convém em era de restauração nacional, sem quebrar o fio da tradição.

E desde já se pode assentar nesta primeira conclusão: — *a Concordata actual não restaura o antigo regime concordatário.*

2) — *A Concordata não cria uma Igreja de Estado.* Na economia da nova Concordata, a Igreja católica não é reintegrada na situação de Igreja de Estado com as chamadas prerrogativas da Coroa. A Igreja é simplesmente a Igreja de Jesus Cristo. O Estado reconhece-a, garante-lhe o livre exercício da sua vida e missão — mas não se intromete na sua vida interna, nem como protector, nem como inimigo.

É coisa adquirida no conceito do Estado moderno e consagrada por todas as Concordatas firmadas por Pio XI — que o Estado, justamente cioso da sua independência na sua esfera própria, não tem competência para invadir a esfera alheia da Igreja.

Nem clericalismo, ou seja intervenção abusiva da Igreja no regime dos interesses puramente temporais, nem estatismo (quer sob capa de protecção, quer hostilmente a pretexto de supremacia do poder civil), ou seja o Estado civil a reger e ordenar as coisas religiosas.

O princípio evangélico: a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Fora dele, só há lugar para confusão ou para opressão. A liberdade de consciência nasceu dele, e só vive enquanto ele perdura.

Na Concordata é francamente reconhecida a Igreja tal como ela é; mas não se lhe cria uma situação privilegiada tal,

que algum cidadão português, qualquer que seja a religião que professe, sofra a menor diminuição dos seus direitos.

Não que o conceito de Igreja de Estado seja em si incompatível com a justa independência do Estado e da Igreja, ou com a liberdade de consciência dos cidadãos. «Igreja de Estado» significa apenas, pela força do termo, que o Estado a reconhece oficialmente como a religião da Nação, e a protege como tal, sem com isso necessariamente se confundirem as suas esferas de competência, nem se perseguirem as consciências dos não católicos.

Tal é mesmo o dever dos Estados católicos: no rigor da doutrina, o próprio Estado, órgão oficial da Nação, não pode desobrigar-se do dever de prestar culto público a Deus. Mas a divisão espiritual do mundo moderno, que perdeu a unidade da crença, tem levado muitos Estados a demitirem de si esta função pública do culto nacional.

Na nossa Concordata — e é esta a segunda conclusão — a Igreja Católica é reconhecida como a da grande maioria da Nação, mas *não é considerada como Igreja de Estado*.

3) — *A Concordata não agrava o orçamento*. Se alguém, quer pensando no antigo regime concordatário, quer mesmo no dos modernos países concordatários, pergunta quanto pesa a nova Concordata no orçamento português, desde já se responde francamente com esta seca palavra: nada!

Isto é tão novo que nos países concordatários se compreenderá com dificuldade.

Pela primeira vez aparece (que me eu lembre) numa Concordata.

Não repugnava, em absoluto, que, mesmo em regime de separação, o Estado subsidiasse a Igreja, não a título de religião oficial, mas em atenção aos serviços que ela presta à Nação e ao Estado, com a sua obra civilizadora e educativa.

Ninguém ignora que ela, abrindo os seus Seminários aos filhos dos pobres, tem dado a Portugal alguns dos seus maiores homens, que a servem, enriquecem e a enobrecem em todos os ramos da vida nacional...

Mas considerando que o Estado a espoliou em 1911 de quase tudo que a fé e a caridade das gerações piedosas juntaram para sustentação do culto e serviço dos pobres, seria até de esperar que agora fosse indemnizada do que ilegítimamente lhe foi tirado.

É, porém, mais fácil fazer o mal que repará-lo. E já é muito, quando se não pode restituir, reconhecer que se roubou.

Julgou o Estado que, sem grave perturbação de situações estabelecidas e algumas já legitimadas, não poderia restituir o que, há muito desafectado dos fins religiosos, foi aplicado a outros.

Restitui abertamente... o que a Igreja de facto ainda conserva. Isto não é de desprezar, quando as coisas se apreciam só em cifras. Encerra uma grande lição moral: reconhece que é da Igreja o que é efectivamente dela. O princípio de propriedade é assim lealmente afirmado.

Temos, pois: nem subsídio cultural, nem indemnização. A Igreja em Portugal continuará a viver exclusivamente da generosidade espontânea dos fiéis.

Mas ninguém levará à conta de vanglória o elogio em boca própria — o salientar aqui o nobre exemplo de heróica isenção dado pela Igreja. A liberdade da sua missão — que é dar Cristo ao mundo — compra-a ela por todo o preço; e quando já não tem mais que dar, dá o sangue.

Em Portugal, para que se realize a concórdia da Igreja e do Estado, tão útil e necessária aos dois, de boa mente se abraçou à sua pobreza, confiada cegamente na palavra onnipotente e fiel d'Aquele que lhe mandou procurar primeiro o reino de Deus, que o mais lhe seria dado por acréscimo.

E já se pode também assentar nestoutra conclusão: *a Concordata não agrava num ceitel o orçamento do Estado, para o dar ao clero e ao culto.*

II

O significado da Concordata

O significado essencial da Concordata é definido logo pelo prólogo do texto: «Regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado».

Efectivamente nele se reconhece e garante a liberdade da Igreja, estabelecem-se os limites da esfera de competência dos dois poderes, firma-se a paz e a concórdia entre eles.

É certamente o estatuto mais completo desde há séculos que regula as relações da Igreja e do Estado em Portugal.

E forçoso é confessar que foi elaborado num alto espírito de justiça e de verdade.

O Estado aceita a Igreja como ela é. Encontra o facto católico não só como um facto nacional, mas ainda como o facto fundamental da vida histórica da Nação — e tradu-lo juridicamente.

Tentar desconhecê-lo, com têm tentado alguns Estados laicos, — além de praticamente impossível, é pretender ignorar a realidade social. E realidade viva, como é a da própria consciência e alma nacional!

Tentar alterá-lo com leis que o não respeitem na sua natureza, como tentou a chamada Lei de Separação (que era antes lei de opressão) — é ofender a consciência católica, deformar o dado histórico tal como se apresenta, atacar a própria alma da Nação.

Tentar aprisioná-lo e dominá-lo, como tentou o regalismo e pretende o totalitarismo — é procurar estancar a fonte da renovação cristã, aprisionar a asa da inspiração evangélica, ferir

as raízes vitais das instituições básicas da civilização, cair num formalismo ritual aparente, senão hipócrita.

O Estado Novo encarou leal e decididamente o facto português da Igreja Católica. Digo português, porque para tanto não era sequer necessário encarar o seu aspecto divino.

Devendo e querendo tratá-lo como ele era, sem o deformar nem o violentar, firmava a paz das consciências e reintegrava a alma portuguesa no sentido da sua formação espiritual.

Quando se considera a formação católica de Portugal, esta obra aparece como um imperativo da tradição nacional; e todo o inglório trabalho de perseguição anti-cristã, como esforço desnacionalizador de divisão e desagregação interna.

Uma situação que se propõe restaurar Portugal em todos os domínios, (pois este quase perdera a consciência de si mesmo, como certas figuras de tragédia), devia a si e ao País a liquidação de erros ao mesmo tempo anti-cristãos e anti-nacionais.

E até poderá parecer, ao considerar o papel predominante da Igreja na formação histórica e na vida da Nação, e ao comparar a situação privilegiada que noutros países nossos irmãos o Estado lhe cria, que a nova Concordata, reconhecendo os direitos essenciais, foi avara nos privilégios.

Não fez questão deles a Igreja. Que se os tivesse, era mais pelo País que por ela: era para mais e melhor continuar a formar a alma portuguesa no amor do bem, e no sentido da obediência, e na consciência do direito, e no culto da virtude, e na escola do sacrifício...

Honra e glória ao Estado Novo que, no ano jubilar da Nação Portuguesa, institue uma ordem nova na qual se firma a paz e harmonia da Igreja e do Estado, pelo reconhecimento dos direitos daquela e garantia dos legítimos interesses deste.

Tendo como ideia e missão nacional a defesa dos princípios de civilização cristã, reconhece à Igreja o papel de guarda deles

no mundo. Sem assumir funções religiosas, o Estado zela e cultiva o património espiritual da Nação.

Estou falando numa hora singularmente trágica do mundo. Este tem aí a prova do que significa abandonar o ideal cristão. Já Bourget verificara, um dia, que ferir os princípios cristãos é ferir os próprios princípios da civilização.

Já vai alto o clamor, até nas nações que quiseram apagar as estrelas do céu, dos que apelam para as forças espirituais.

Está o mundo a desmoronar-se: e já reaparece tudo o que constitue a miséria do paganismo — o culto idolátrico da força, a negação do direito que se oponha ao interesse da Nação mais forte, um direito natural de escravizar os fracos, a condenação orgulhosa e inhumana da doçura e da misericórdia, a selecção puramente animal da raça, o império da tirania mais absoluta, a ambição desordenada de domínio... instala-se a barbárie já na Europa, mas armada com todos os recursos da ciência e técnica modernas.

Bendito seja Portugal, que dá ao novo Prometeu do mundo contemporâneo, trágicamente amarrado à pira do incêndio que loucamente ateou, esta lição de fé, respeito e protecção às fontes de onde brota para o mundo a luz dos espíritos e a paz dos corações e a elevação das almas, e a dignificação do homem, e a justificação da moral e do direito, e a harmonia das nações.

III

O Acordo Missionário

Pouco direi sobre o Acordo Missionário, pois já vezes mais autorizadas que a minha falaram sobre ele. Não posso, porém, ocultar que é um documento capital da história da ocupação cristã das nossas Colónias.

Nunca a Santa Sé, até hoje, assinou um estatuto tão vasto e transcendente sobre o regime missionário. Nele acaba de fazer

um acto magnífico de fé e confiança no esforço missionário de Portugal.

O Papa Alexandre VI distribuiu pelas nações irmãs, Portugal e Espanha, as duas metades do mundo que descobríamos. Pio XII de algum modo o imita, confiando a Portugal a obra missionária das suas vastas Colónias.

Quem tenha sentido a acuidade do problema colonial que vem sendo jogado no taboleiro internacional, e mais ainda, para uma alma cristã, a responsabilidade da salvação das almas indígenas que (como se dizia no século XVI) temos de conquistar para Cristo e para a sua Igreja — poderá compreender o alcance do Acordo agora assinado.

Continua no Ultramar a nossa vocação missionária de «dilatar a Fé e o Império». A constituição da hierarquia nas mais importantes das nossas colónias é como um acto simbólico da sua ocupação para Cristo e para Portugal.

No limiar do ano glorioso de 1940, levanta-se o arco festivo dos dois documentos memoráveis: — A Concordata e o Acordo Missionário.

Que a Nação inteira passe por baixo dele cantando o *Te Deum* da paz e reconciliação nacional!

LVMEN, Lisboa, 1940 (IV), p. 321-327.